

A memorialização do mundo: memórias, viagens e instituições portuguesas em fins do século XVIII.

Rodrigo Osório Pereira^I

Resumo: Este estudo objetiva analisar a memorialização do mundo natural e social português, na transição do século XVIII para o XIX, enquanto exercício sistemático de mobilização de realidades estranhas com propósitos de estreitar os laços de dominação imperiais. Metodologicamente, servimo-nos das *Memórias Filosóficas* para descortinar uma rede de relações que interligava de modo dinâmico e coerente elos de uma corrente que articulava naturalistas, viagens filosóficas, museus de Filosofia Natural, manuais de instrução, a Coroa portuguesa, dentre tantos elementos analisados a partir do aporte teórico de Bruno Latour. Três dimensões complementares foram selecionadas para análise: as Memórias Filosóficas, as Viagens Filosóficas e os Espaços Institucionais. As fontes documentais que serviram de alicerce em quase todo o estudo são provenientes das instituições portuguesas da época.

Palavras-chave: Memórias; Viagens; Instituições.

The memorialization of the world: memories, travels and Portuguese institutions at the end of the 18th century.

Abstract: This study aims to analyze the memorialization of the Portuguese natural and social world, in the transition from the 18th to the 19th century, as a systematic exercise in mobilizing strange realities with the purpose of strengthening the ties of imperial domination. Methodologically, we used Philosophical Memoirs to uncover a network of relationships that dynamically and coherently interconnected links in a chain that articulated naturalists, philosophical journeys, Natural Philosophy museums, instruction manuals, the Portuguese Crown, among many elements analyzed in based on the theoretical contribution of Bruno Latour. Three complementary dimensions were selected for analysis: Philosophical Memories, Philosophical Journeys and Institutional Spaces. The documentary sources that served as the basis for almost the entire study come from Portuguese institutions of the time.

Keywords: Memories; Trips; Institutions.

Introdução

As *Memórias Filosóficas* constituem, no âmbito da Filosofia Natural portuguesa de fins do século XVIII e início do século XIX, as elaborações mais complexas acerca do mundo natural. Seus propósitos dialogam diretamente com a inventarização do mundo propostos nos quadros epistêmicos desse saber e, sem exageros, representam um dos elementos de institucionalização do campo da Filosofia Natural mais importantes.

A lógica que forjou e estimulou a produção desses documentos é a mesma que criou espaços institucionais destinados a abrigarem o “teatro da natureza”. O abastecimento constante dos museus e gabinetes era realizado por meio de diversas viagens filosóficas realizadas pelos domínios imperiais com o objetivo de enviar remessas naturais e recolher informações detalhadas. Pensadas como uma metodologia adequada para a mobilização do mundo, as viagens possibilitavam representar realidades naturais e sociais por meio das memórias.

Os elementos dessa rede de conhecimento interligavam continentes, políticas e instituições por meio da prática da Filosofia Natural. Pensar a memorialização do mundo, dessa maneira, necessariamente exige investigar os pontos de contato entre museus, coleções e naturalistas errantes. Cabe-nos estreitar os sentidos acerca da inventarização, mobilização ou memorialização do mundo^{II}, inserindo essas práticas dentro de um mesmo quadro epistêmico.

O texto está dividido em três seções complementares. A primeira objetiva discutir os sentidos epistêmicos e políticos das memórias nos termos de seus próprios contextos de produção e a memorialização do mundo natural e social como um projeto estratégico do naturalismo português articulado em torno da Academia Real de Ciências de Lisboa, a Universidade de Coimbra e do Museu e Jardim Botânico da Ajuda. Diante do projeto de “inventariar o mundo” posto em prática pela Coroa portuguesa a partir do estreitamento das relações entre a Filosofia Natural e a política colonial, indagaremos tais relatórios técnicos em seus sentidos mais profundos, visando o exercício de mobilização do mundo e a afirmação do conhecimento como instrumento de dominação imperial.

A segunda seção dirige-se ao papel das viagens filosóficas no exercício de memorialização do mundo. Analisando os pontos de contato entre a prática de viajar e escrever Memórias, refletimos acerca de um conjunto de artefatos destinados para o auxílio das viagens. Verificamos que as ancoragens epistêmicas propostas para melhor se deslocar como filósofo natural estava em sintonia direta com as lógicas agenciadas para a memorialização do mundo.

Por fim, mostraremos que os espaços institucionais construídos para representar a vasta diversidade natural eram produtos da mesma necessidade de inventariar o mundo e, para além disso, estimulavam a memorialização fabricada pelos textos filosóficos. Certos de que um exame mais minucioso de tais relações nos ofereceria elementos subsidiantes para o apontamento da importância estratégica da prática das Memórias em termos da política científica adotada por Portugal nesse período, é que nos detivemos nessa tarefa.

O recorte temporal adotado foram as últimas décadas dos setecentos português, com destaque para os anos seguintes a 1779, ano da publicação da primeira *Memória* do mestre e articulador do naturalismo português, Domenico Vandelli (1735-1815), com propósito de elaborar um programa de profissionalização dos naturalistas e oferecer as *instruções* básicas necessárias em campo aos operadores da Filosofia Natural. Trata-se da *Viagens Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista nas peregrinações deve principalmente observar* (1779).

As memórias e a memorialização do mundo

O campo da Filosofia Natural era entendido por seus praticantes, na segunda metade do século XVIII, como responsável pela investigação dos três Reinos da natureza, a saber, o vegetal, o animal e o mineralógico. De espectro amplo, englobava os objetos de conhecimentos que, no século XIX, se desdobrariam em novos campos autônomos, todos voltados para o estudo de elementos da natureza. Seus principais praticantes eram os filósofos naturais, mais conhecidos como naturalistas e os principais centros de divulgação de suas produções eram as Academias de Ciências. A principal produção divulgada nestes centros eram as *Memórias*.

Na vasta produção sobre a Filosofia Natural portuguesa há poucos trabalhos que se aventure na tarefa de uma definição conceitual mais profunda das *Memórias*. Muitos são os exemplos dos estudos que utilizaram esse tipo de fonte, realizaram análises sobre diferentes ângulos de suas contribuições ao universo dos melhoramentos ilustrados na realidade colonial brasileira (ou mesmo imperial), contudo sem o esforço de defini-las e refletir acerca de sua natureza comunicativa.^{III}

Uma hipótese que levantamos a respeito disso é que os trabalhos contemporâneos refletem a postura da própria Academia Real de Ciências de Lisboa (ARCL), que cultivava tom lacônico em seus registros sobre as finalidades de tais documentos e o sentido de seus tratamentos tão cerimoniosos. Essa instituição assumiu, no universo do naturalismo lusitano, as tarefas essenciais de elaboração das regras de escrita e apresentação de suas “relações” naturais; guarda responsável dos documentos; leituras privadas e públicas de tais relatórios; bem como publicações e premiações dos textos e autores mais destacados.

Analisamos, a seguir, dois documentos cuja reflexão principal volta-se para as memórias e apresentam objetivos específicos em torno delas. No primeiro caso, sua razão principal diz respeito à necessidade de definição de protocolos de padronização enviados aos naturalistas correspondentes que se encontravam nos rincões do império a direcionar ao Reino coleções para colaborar na fundação de um Museu Natural. No segundo caso, objetivou-se a normatização dos trabalhos cotidianos realizados pelos sócios da ARCL frente a tais estudos, a exemplo da leitura, apresentação pública e privada, organização e guarda de tais envios até suas prementes necessidades de definição de seus mecanismos de atribuição de honra a seus autores.

As “Breves instruções aos correspondentes da Academia das ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes a Historia da Natureza para formar um Museu Nacional” foram elaboradas em 1781 pela Academia de Ciências de Lisboa com vistas à orientação necessária para o incremento do acervo do Museu Nacional e direcionadas ao seleto grupo de funcionários naturalistas espalhados pelas colônias portuguesas com detalhadas recomendações técnicas e metodologias de Filosofia Natural para orientar na coleta, preparo, observação noticiosa (*Memórias*) e envio das mais diversas produções dos três reinos naturais. Como o documento destaca em sua abertura,

As relações por mais exatas e completas que sejam nunca chegam a dar-nos uma ideia tão perfeita das coisas como a sua mesma presença. Por esta causa se tem ocupado os sábios, particularmente neste século, em ajuntar com a proteção dos Príncipes os exemplares de vários indivíduos das diversas espécies de Animais, Vegetais e Mineraiis, que se encontram em diferentes países para apresentarem, do modo possível, à vista dos curiosos um compendio das principais maravilhas da Natureza.^{IV}

A MEMORIALIZAÇÃO DO MUNDO: MEMÓRIAS, VIAGENS E INSTITUIÇÕES
PORTUGUESAS EM FINS DO SÉCULO XVIII.

PEREIRA, R. O.

A ideia da limitação das relações enviadas pelos naturalistas, que nunca chegariam “a dar-nos uma ideia tão perfeita das coisas” se comparadas diante da própria realidade abre-nos uma chave de compreensão da natureza comunicativa de tais relatórios. Indo além da tensão observada na prática filosófica entre os naturalistas de *gabinete* e os de *campo*, as Memórias eram apontadas como mediadoras, uma vez que possibilitavam uma aproximação discursiva frente a realidade dos territórios coloniais tão biodiversificados em suas realidades tropicais, mas que nunca poderiam atingir a complexidade da realidade.^V

Como apontou a historiadora das ciências Clarete Paranhos da Silva,

As “Memórias” – e não somente em Portugal – eram textos que mostravam os resultados de realizações técnicas e científicas, fossem elas derivadas de experimentos em gabinetes ou das pesquisas de campo realizadas dentro das “Viagens Filosóficas”, por exemplo. Tais documentos caracterizavam-se por uma linguagem descritiva e detalhista, podendo ser consideradas como formas de representar o que não era visto. Tratava-se da narrativa testemunhal de uma experiência, o que fazia deles um verdadeiro testemunho de que seu autor via e/ou experimentava.^{VI}

Ao refletir sobre o viajante, Ana Maria Mauad mostra como a experiência por eles vivenciada legitimava o relato de viagem, uma vez que as possibilidades imediatas do viajante – ver, tocar, provar – eram exaltadas. Como chamou atenção, para o viajante, a “impressão causada pelo olhar é a que fica fornecendo o estatuto de verdade ao relato. O fato de ele ter estado presente, de ter sido a testemunha ocular de um evento, ou de um hábito cotidiano qualquer, garante à sua narrativa um teor incontestável”.^{VII}

Flora Süsskind também frisou o quão significativo era a experiência de viagem ao analisar os relatos de viajantes, destacando a posição estratégica da viagem na aprendizagem ilustrada e científica, contrapondo-a às ideias de pesquisa e leitura do viajante de gabinete: “É também no ‘ter viajado’ que parece residir a maior confiabilidade de quem narra ou coleciona casos, aventuras ou mesmo espécies vegetais”.^{VIII} Ela focaliza o viajante que partia da experiência para amparar descrições do país visitado, explorado, apreendido por seu próprio olhar.

No início do século XIX, o Príncipe Maximilian Wied-Neuwied refletiu sobre “como evitar os erros e as inexatidões, quando não se tem presente, aos olhos, o objeto de que se deseja traçar a imagem?” Denunciando o fato de que se fazia “geralmente na Europa uma ideia bastante inexata desses longínquos países”, atribuía responsabilidade aos viajantes “que não se limitaram a tratar somente do que viram e a escritores que fizeram descrições de regiões em que nunca puseram os pés”. Como um militante da verdade observada, encerra seu lamento constatando o “fato” de que “raramente se encontram reunidas todas as coisas agradáveis e interessantes como o imagina um autor sentado em sua poltrona”, depois de “haver tirado suas descrições aos viajantes acostumados a representar tudo com a exagerada beleza”.^{IX}

Com a Filosofia Natural praticada na vastidão de um Império com amplos e ricos territórios, ainda que concentrando uma elite intelectual no centro do sistema – em Lisboa – as memórias possibilitavam a comunicação direta entre os naturalistas da corte e as observações realizadas diante das múltiplas realidades naturais de seus domínios. A capacidade comunicativa de tais notícias possibilitavam mais do que a aproximação entre as realidades naturais e seus distantes observadores curiosos.^X Como destaca Shapin, ao analisar o papel de tais documentos no âmbito das academias científicas europeias, “A experiência poderia ser alargada e levada a público escrevendo narrativas científicas, de maneira a oferecer a leitores distantes que nunca tinham sido testemunhas diretas dos fenômenos – e que provavelmente nunca o seriam – um

A MEMORIALIZAÇÃO DO MUNDO: MEMÓRIAS, VIAGENS E INSTITUIÇÕES
PORTUGUESAS EM FINS DO SÉCULO XVIII.

PEREIRA, R. O.

relato de tal forma vivo das execuções experimentais que eles poderiam transformar-se em testemunhas virtuais”.^{XI}

Na acepção trazida por Shapin, as Memórias eram instrumentos que possibilitavam seus leitores tornarem-se “testemunhas virtuais” do que apresentam suas narrativas, tornando possível “ver” à distância aquilo que dificilmente seria visto. Na empreitada de inventariar o mundo, os naturalistas podiam contar com as memórias no exercício de comunicação de seu fazer.

Atreladas às práticas científicas coletivamente partilhadas, tais documentos expressavam os mecanismos de pressão e regulação da comunidade de saber destinada a análise da Filosofia Natural. Um olhar sobre a regulamentação da principal instituição de ciência de fins do século XVIII português pode nos dar uma ideia do papel das Memórias nessas centrais de cálculos.

O segundo documento que analisaremos intitulado *Collecção Systematica das Leis e Estatutos, por que se tem governado a Academia Real das Sciencias de Lisboa* (1822)^{XII}, de 1783, tem o objetivo de compilar os marcos normativos da ARCL desde sua fundação, em 1779, com vistas a oferecer a seus associados e à administração institucional referências disciplinares e regulatórias para o bom funcionamento da Academia. Trata-se de detalhado documento em que encontramos a disposição das classes; a tipologia de seus sócios; o papel dos correspondentes; as regras para o alunado; as comissões; os cargos; as obrigações, penalidades e direitos de cada tipo de sujeito envolvido na construção da Academia; os tipos e os funcionamentos de suas reuniões e assembleias; a competência de suas decisões; a normatização das férias e; até mesmo os privilégios que mediavam a relação da Academia com os Reis europeus.

Há duas sessões dedicadas ao tema das memórias, discorrendo a respeito de aspectos variados sobre tais documentos. Em nenhuma delas há a preocupação direta de discorrer acerca de sua natureza, seus propósitos científicos, tampouco há algum protocolo de padronização descrito. A narrativa apresentada nos oferece a desafiadora missão da análise indireta. A crítica histórica deve recorrer aos detalhes, aos não-ditos ou aos subtextos presentes no documento.

A prática das Memórias é instituída aos sócios pela chave da “obrigação”. A apresentação de seus estudos não deveria ser espontânea, mas antes seriam normatizados pelo vínculo à Academia, uma vez que os sócios seriam “obrigados a apresentar cada ano uma Memória ou algum outro **testemunho** da sua aplicação”.^{XIII}

Novamente, sobressai a noção de “testemunho” destacada por nós propositalmente na citação anterior. Ainda que não descrita diretamente, as Memórias são apresentadas enquanto depoimento/demonstração de seus autores sobre de suas observações e aplicações técnicas realizadas em realidades distantes. Trata-se de uma declaração sobre uma atividade remota, intangível para os membros da Academia interessados nas distantes realidades coloniais sob a guarda de projeto científico de dominação.

Os sócios correspondentes, uma categoria reconhecidamente importante, a quem “a eles há de a Academia ser devedora de grande parte dos seus progressos”, também selavam seus vínculos institucionais a partir da aprovação da Academia de suas memórias. Embora não estivessem “obrigados a assistir as Assembléias”, eram “obrigados a dar conta todos os anos à Academia dos seus estudos e esta obrigação lhes é imposta nas Cartas de suas nomeações”.^{XIV}

O testemunho de suas ações no âmbito da Filosofia Natural era um mecanismo de validação de pertencimento dos memorialistas à comunidade de ciência da Academia. As memórias mediavam os centros de cálculo e suas realidades analisadas. As aprovações referendadas em sessões públicas e privadas pelos pares na Academia legitimavam o naturalismo de seus autores e, ao mesmo tempo, seu vínculo institucional com o prestigiado local de ciência. Mais ainda, as premiações destinadas às melhores Memórias exigiam de seus autores um refinamento epistêmico e um ineditismo de suas escolhas, uma vez que “nas Memórias da

A MEMORIALIZAÇÃO DO MUNDO: MEMÓRIAS, VIAGENS E INSTITUIÇÕES
PORTUGUESAS EM FINS DO SÉCULO XVIII.

PEREIRA, R. O.

Academia não se podem incluir senão coisas novas ou aperfeiçoadas de maneira que interessem o público”.^{XV}

Uma última questão ainda nos oferece indícios relevantes acerca da natureza desses relatórios técnicos científicos: a noção de verdade. Como a verdade deveria ser “o objeto principal dos trabalhos da Sociedade”, as Memórias que pretendiam ser coroadas por ela deveriam “ter um estilo e um modo de pensar conveniente à sublime singeleza da mesma verdade” sem nenhuma “exageração, nenhuma declamação, nenhuma hipótese mal fundada ou discurso vago”.^{XVI}

Tais requisitos credenciariam esses testemunhos à Academia, que “estimar-se-á sempre a observação e a experiência serem a base dos discursos sobre a Natureza e os documentos e antiguidades serem o apoio das dissertações literárias”.^{XVII} Nesse ponto, os sócios autores desse documento demonstram sua inclinação à ciência inglesa e seus pressupostos epistêmicos ainda bem consolidados em 1783 (ano desse texto particular). Ressaltando a relação entre a verdade dos discursos sobre a natureza e suas bases pautadas na observação e na experiência, consolidam um entendimento acerca das Memórias enquanto mediadoras de experiências particulares, ainda que visassem a universalidade; subjetivas, ainda que pretendessem a objetividade; e testemunhos presentes, mesmo que representando realidades remotas e, não raro, inacessíveis à maioria das pessoas.

As *Memórias* trazem um sentido muito próprio, demarcado em sua própria existência: constituíam-se em relatórios técnicos e científicos autorais sobre determinados problemas da realidade natural e social, de caráter útil, que promoviam estreita relação entre ciência e política, comunicava aos pares *filosóficos* (mas também a leigos demandantes de soluções práticas), constituindo-se, ao mesmo tempo, um instrumento de inventarização do mundo natural e um produto direto das práticas científicas.

Frente ao exercício dos (as) historiadores (as) que interrogam suas fontes, a ausência de definições mais claras acerca das Memórias nas próprias fontes abre-nos o seguinte questionamento: seria de tamanha obviedade a ideia de uma memorialização do mundo natural, que seus autores não necessitaram dar contornos de definição a essa prática?

Não devemos, contudo, essencializar as memórias como produto estático da ilustração do mundo. Apesar das diretrizes padronizantes de tais documentos, há igual diversidade de perspectivas narrativas, formulações e temas adotados nas Memórias tanto quanto há diversidade em seus autores e contextos de produção.

Existe uma variedade significativa de temas abordados, afinal, o lastro epistêmico da Filosofia Natural era a inventarização do mundo. Memórias filosóficas, políticas, históricas, econômicas, antropológicas e de outros campos da Filosofia Natural amontoavam os arquivos portugueses.

Para pensarmos em termos mais amplos a respeito desses documentos, faz-se necessário analisarmos seus potenciais de memorialização do mundo e a consequente política de dominação alicerçada no conhecimento científico.

Na transição do século XVIII para o XIX, a prática de escrever uma Memória Filosófica remetia ao exercício de replicar o mundo natural em escala micro por meio da representação. Mas, muito além de representar no gabinete aquilo que estava ausente e espalhado pelos domínios de além-mar, tratava-se de uma transposição do mundo natural e social em escala reduzida para ambientes potencialmente capazes de agir a distância, sistematizar saberes e fechar ciclos de acumulação de informações. Como explica Latour, a etapa inicial desses ciclos consiste na mobilização do mundo: “[...] é preciso poder transportar qualquer estado do mundo para

A MEMORIALIZAÇÃO DO MUNDO: MEMÓRIAS, VIAGENS E INSTITUIÇÕES PORTUGUESAS EM FINS DO SÉCULO XVIII.

PEREIRA, R. O.

certos lugares [...]; todos precisam ser reunidos em algum lugar e serem encaminhados para esse recenseamento universal [...].^{XVIII}

Como resultado direto das explorações dos funcionários-naturalistas nos domínios de Sua Majestade, a memorialização do mundo consistia na prática de mobilização do mundo. Ao detalharem uma realidade natural distante da corte, os filósofos naturais transformavam as coisas a fim de que elas se tornassem: “[...] móveis para que possam ser transportadas, [...] estáveis para que possam ser movimentadas sem qualquer distorção e [...] combináveis a fim de que [...] possam ser acumuladas, agregadas e embaralhadas como um trabalho de cartas”.^{XIX}

A tecnologia de acumulação de saberes a partir do transporte dos tipos móveis, estáveis e combinados possibilitava a dominação das realidades representadas, uma vez que permitia conhecer em detalhes sistematicamente combinados, produzindo informações vantajosas para os centros de cálculos, capazes de produzir estratégias de poder, diante dos sucessivos ciclos de acumulação, cada vez mais elaboradas.

Há, portanto, um vínculo direto entre o mundo real e as inscrições no âmbito da Filosofia Natural estabelecidos no exercício do naturalismo. Essa conversão que se realiza por práticas modestas possibilita o extraordinário, uma vez que permite reduzir, planificar, combinar e superpor registros; em uma palavra, permite a comensurabilidade dos registros oriundos de mundos estranhos que passam, diante dessa conversão, a serem realidades familiares. Como lembra Latour, “[...] sem a superposição de inscrições móveis e fidedignas, seria impossível perceber e compreender as relações entre lugares, datas, temperaturas, movimentos estratégicos [...].” Dessa forma, nesse “‘lugar comum’ oferecido pelo cenário gráfico, cada dado se conecta, por um lado, a seu próprio mundo de fenômenos e, por outro, a todos aqueles com os quais ele se torna compatível [...]”.^{XX}

Como destacou Maria Fernanda Bicalho, o viajante tinha a necessidade de contemplar o que era significativo e relacionado com o propósito de sua viagem, e embrenhava-se em antigos relatos de viagens anteriores; buscava ampliar progressivamente os dados e as leituras “visuais e orais, aproveitando-se das experiências de viajantes anteriores. A estas, adicionavam as suas experiências de viagens, refletindo, assim, um conhecimento constantemente corrigido de acordo com novas observações e descobertas”.^{XXI}

Ao mobilizar o mundo na prática de memorialização da realidade natural e social, as Memórias também podiam contar com mecanismos suplementares de representação como as coleções anexas com itens zoológicos, botânicos e mineralógicos, seja por meio da taxidermia, desidratação, uso de veículos conservantes, estampas, coletas, dentre outras técnicas empregadas no exercício das viagens filosóficas.

As viagens filosóficas como expediente da mobilização do mundo

A memorialização do mundo estava conectada a uma ampla rede de sujeitos, artefatos, informações e instituições voltadas para sustentar a Filosofia Natural. De modo interdependente, cada decisão tomada no interior dessa rede colaborou direta ou indiretamente para a elaboração das Memórias e a inventarização do mundo natural e social.

Como prática de destaque para a memorialização, evidenciaremos as viagens filosóficas nesta seção, focalizando um conjunto de elementos auxiliares para o exercício do viajar observativo. Em última análise, o forjamento das Memórias dependia diretamente das viagens filosóficas. Elaboradas com diferentes objetivos, destinos e composições, as expedições por territórios estranhos permitiam a mobilização do mundo e o conseqüente favorecimento de Portugal, no fazer diário de instituições como o Museu e Jardim Botânico da Ajuda e a

A MEMORIALIZAÇÃO DO MUNDO: MEMÓRIAS, VIAGENS E INSTITUIÇÕES
PORTUGUESAS EM FINS DO SÉCULO XVIII.

PEREIRA, R. O.

Academia Real de Ciências de Lisboa, como centros de cálculo. É inegável a importância das viagens como metodologia na formação e execução de políticas pautadas na Filosofia Natural para os territórios a que se destinava. Mas se focarmos no exercício de memorialização que tais investidas permitiam, as Memórias, num certo sentido, eram os produtos mais elaborados resultantes do ato de viajar.^{XXII}

Ainda que reconheçamos que as viagens resultaram em propósitos e feitos diversos, as informações obtidas a partir das viagens eram a matéria prima da memorialização e resultava, em consequência, na comensurabilidade do mundo visitado. Entretanto resta-nos refletir acerca das conexões mais profundas entre as duas atividades com vistas a compor um quadro mais amplo das redes que costuravam a elaboração das Memórias.

Como defende Maria Margareth Lopes, as Memórias, as “Viagens Filosóficas”, as “Instruções de Viagens” e os espaços institucionais (jardins botânicos, museus, herbários, Academias e Universidades) estavam na base da Filosofia Natural da época.^{XXIII} Esses quatro pilares institucionalizaram a Filosofia Natural presente em Portugal e suas colônias e permitem uma análise em rede.

Viajar pelos territórios mais longínquos no desfecho dos setecentos envolvia muita preparação. As expedições devem ser analisadas em três momentos, originando com o planejamento da viagem e todos os preparativos necessários para tal empreitada; no deslocamento em si, que poderia durar anos e percorrer vastos territórios; e no pós-viagem e seu consequente tratamento dos dados coletados, tarefa essencial para a produção de peças simples de inventário até o auxílio na elaboração de políticas destinadas aos territórios observados.

Como destacou Ermelinda Pataca, na esteira das viagens filosóficas observa-se uma “literatura de viagem” ou “textos de expedições” com papéis diversos e conectados, entre os “quais devemos destacar principalmente as instruções de viagem, as ‘memórias’, os diários, os roteiros e as correspondências de viagens, diferenciando-se quanto à forma, aos propósitos e às circunstâncias que foram escritos”.^{XXIV}

Ainda que as memórias sejam produto direto da última etapa das viagens (ainda que elas também pudessem ser escritas durante as peregrinações dos naturalistas), muitos outros textos foram pensados para o primeiro momento dessas empreitadas, ainda durante as sedentárias etapas preparatórias. Os mais notórios são as *Instruções*.

Ao olhar em perspectiva para o colecionismo português, até os anos 1780 as atividades dos naturalistas eram circunstanciais, sem o planejamento adequado e muito dependente das iniciativas dos naturalistas amadores que ocupavam cargos administrativos nas colônias, especialmente no Brasil. O resultado era que as produções nem chegavam aos seus destinos, Real Jardim e Museu de História Natural da Ajuda nas condições adequadas. Foram as *Instruções* que alteraram essa realidade, oferecendo os conhecimentos técnicos e instrumentais necessários para o devido trabalho de recolher, preparar, enviar e conservar as remessas coloniais.

As *Instruções* traduzem significativamente o trabalho de gabinete realizado pelos naturalistas, demonstrando a coerência suplementar com os trabalhos de campo e distensionando com a percepção não rara no seio da ilustração lusitana de que o naturalista realizava um trabalho exclusivamente em torno do campo. De importância estratégica, as instruções de viagens passaram a se espalhar pela Europa desde fins do século XVIII como um gênero literário.^{XXV}

Com o intuito de auxiliar o naturalista viajante em campo, Domenico Vandelli passou a desenvolver suas próprias instruções para tais peregrinações francamente inspiradas na *Instructio peregrinatoris*, tese orientada por Carl Lineu e defendida por Eric Anders Nordblad em 1759.

A MEMORIALIZAÇÃO DO MUNDO: MEMÓRIAS, VIAGENS E INSTITUIÇÕES
PORTUGUESAS EM FINS DO SÉCULO XVIII.

PEREIRA, R. O.

Como correspondente e discípulo do notável naturalista sueco, Carl Lineu (1707-1778), autor de um dos mais destacados sistemas de classificação taxonômicas da História Natural, Vandelli era o mais importante quadro do naturalismo português e contribuiu de forma decisiva para revolucionar o campo da Filosofia Natural em terras lusitanas.^{XXVI}

Um olhar de conjunto de sua produção revela que o intercâmbio de produtos naturais é o tema de maior destaque para o mestre italiano. Logo que chegou em Portugal, em 1764, tomou providências para mandar vir da Itália sua coleção natural aos cuidados de seu ajudante, o jardineiro Julio Mattiazzi, além de encomendar para o Real Jardim Botânico da Ajuda amostra substancial da flora universal.^{XXVII}

Em 1779, compôs as Instruções de viagem com o objetivo de auxiliar os naturalistas em suas peregrinações pelo Reino e por meio das colônias. Representavam um conjunto de regras práticas essenciais no trabalho do naturalista que deveria assumir procedimentos padronizados para garantir os melhores resultados e facilitar o entendimento dos métodos adotados. Como durante as viagens, o observador permanecia por vezes muito distante dos principais circuitos de debates e orientações em história natural, tais instruções revelavam-se documentos de grande importância aos naturalistas que partiram.

Como relatou Vandelli em correspondência aos Ministros da Corte em 1777,

[...] proporei aos sujeitos que me parecem capazes e cuidarei em instruí-los como experimentado em viagens, pondo por escrito todo o plano pelo qual semelhante expedição se deve guiar, concorrendo também para tudo isto toda a minha Faculdade. As Instruções públicas que a Faculdade proporá aos seus alunos [...] farão ver a toda a nação as grandes vistas e os úteis projetos de que são incumbidos e principiarão uma feliz época para as Ciências Naturais.^{XXVIII}

O texto de Vandelli sobre os diários, conhecido como *Dissertação*, demonstra a importância das técnicas e recursos de registros, indo muito além da capacidade da memória humana dos viajores. Mobilizar o mundo em termos de informações pressupõe grande capacidade de registro, tornando imperiosa a necessidade da utilização de instrumentos de memorialização. Como argumenta o próprio Domenico Vandelli no início de sua *Dissertação*, “muito pouca seria a utilidade das peregrinações filosóficas se o naturalista, fiando-se na sua memória, quisesse fazer as suas relações e descrições sem ter notado antecedentemente com a pena todos os objetos que fossem encontrando no seu descobrimento”.^{XXIX}

Segundo o texto, a primeira providência de um naturalista deveria ser a produção de um diário com a finalidade de registrar “os objetos que se encontram, do país do seu descobrimento, com respeito ao ano, mês, dia e lugar em que se acham”. Tais registros deveriam ser o ponto de partida para que “nas horas de descanso” o filósofo viajante pudesse “mais perfeitamente descrever [...] conforme o sistema natural” as mesmas produções naturais. As notas das características físicas do “país” deveriam vir acompanhadas de informações como a “latitude, ou a altura do polo, a longitude, clima e quantidade da atmosfera em que se acham no globo”, constituindo as “características físicas” do território em tela.^{XXX}

Além disso, o naturalista deveria também registrar os aspectos econômicos, políticos, populacionais e culturais das populações locais, denominados do conhecimento “moral dos povos”. As descrições deveriam priorizar as utilidades que cada produto poderia oferecer aos homens, tendo em vista principalmente seu aproveitamento econômico e deveriam ser feitas na costumeira divisão da natureza baseada nos “três reinos”, a saber “mineralogia”, “reino das plantas” e “reino animal”.^{XXXI}

Os diários se diferenciavam de as memórias pelo fato destas últimas serem produções mais completas, com elaborações mais maduras, dispondo os dados coletados em campo em

A MEMORIALIZAÇÃO DO MUNDO: MEMÓRIAS, VIAGENS E INSTITUIÇÕES
PORTUGUESAS EM FINS DO SÉCULO XVIII.

PEREIRA, R. O.

diálogo com as teorias científicas em voga. Para os historiadores das ciências, os diários oferecem anotações realizadas no curso da viagem, detalham o cotidiano da expedição e contextualizam os dados científicos.

O texto *Dissertação* do Vandelli foi a base para que, conjuntamente com alguns de seus alunos, elaborassem, dois anos depois, um outro amplo documento intitulado *Métodos de recolher, preparar, remeter, e conservar os produtos naturais, segundo o plano que tem concebido, e publicado alguns naturalistas, para o uso dos curiosos que visitam os sertões, e costas do mar*, de 1781. Como indicou Ana Lúcia Rocha da Cruz, este documento era outra versão de um panfleto publicado pela própria Academia Real de Ciências de Lisboa, no mesmo ano, o já citado *Breves instruções aos correspondentes a academia das ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes à história da natureza para formar um museu nacional*.^{XXXII}

Vandelli teria incumbido Agostinho José Martim Vidigal, um de seus alunos de história natural de Coimbra, a empreender uma “compilação” dessas diversas memórias destinadas à instrução dos naturalistas, a qual foi preparada e ilustrada com os melhores “métodos de haver, conservar e examinar os diversos objetos da história natural, e com instruções sobre os meios de recolher utilidade das viagens, principalmente no que respeita às Ciências da Natureza”.^{XXXIII}

A literatura indicada no documento refletia o ecletismo do naturalismo praticado por Vandelli, quem provavelmente contribuiu com as referências, além de constar no índice com seus próprios textos. Além das instruções publicadas pela Academia de Ciências de Lisboa, muitos trabalhos do destacado fellow da Royal Society inglesa, René-Antoine Ferchault de Réaumur; a obra *O Viajante Naturalista*, de João Coakley Littsom; uma memória de Duhamel; outra de autor desconhecido; um trabalho de M. Mariyers intitulado *Método para recolher as curiosidades da História Natural*; instruções de D. Casimiro Gomes Ortega sobre o transporte de plantas por mar; entre outros estratégicos trabalhos.

As *Instruções* traziam o pressuposto de metas a serem atingidas em seu caminhar pelo naturalista viajante. Ela conectava o trabalho feito em campo com os dos pares que ficaram no gabinete, estabelecendo pactos subentendidos entre eles. As informações coletadas ganhavam um sentido de coletividade, uma vez que a memorialização do mundo resultante de tal coleta teria uso compartilhado.^{XXXIV}

Tal senso de pertencimento à comunidade científica e a relação de dependência metodológica resultante entre o naturalista viajante e os seus mestres da História Natural já havia sido observada por Félix de Avelar Brotero quando este se ressentia sobre a raridade dos livros de História Natural no Rio de Janeiro. Como pontuou, “Os Naturalistas sem os livros próprios de sua profissão não podem progredir no conhecimento do que nela há de novo. Nos diferentes ramos de História Natural, todos os dias, se estão fazendo e publicando novos descobrimentos. Nas grandes Bibliotecas, é raríssimo achar algum livro que deles trate e as posses dos Naturalistas não são proporcionadas às despesas de compras de tais livros”.^{XXXV}

Outro dispositivo de grande utilidade ao viajante observador eram os *Dicionários*. O mais notável deles, sem dúvida, é o *Dicionário de Termos Técnicos de História Natural*, escrito por Vandelli em 1788. A obra contém generosa riqueza e abrange terminologias diversas sobre mamíferos, aves, peixes, anfíbios, insetos, vermes, botânica e mineralogia. Como um colossal trabalho de síntese teórica da Filosofia Natural, ainda apresentava recursos de pesquisa aos naturalistas como dois índices gerais, a fim de “achar-se prontamente a explicação de cada termo”.^{XXXVI}

As expedições científicas tiveram seu papel na aproximação entre mundos distantes, colaboraram no exercício de domínios imperiais e foram foco de grande interesse público pelos

A MEMORIALIZAÇÃO DO MUNDO: MEMÓRIAS, VIAGENS E INSTITUIÇÕES PORTUGUESAS EM FINS DO SÉCULO XVIII.

PEREIRA, R. O.

cidadãos europeus ávidos por notícias de outras partes do planeta. Como alertou Ângela Domingues, “cientistas e funcionários criaram e sustentaram uma rede de informação que permitiu ao Estado português setecentista conhecer de forma mais aprofundada e precisa os seus domínios na Europa, Ásia, África e, sobretudo, na América”.^{XXXVII}

O resultado de tais redes de conhecimento geraram incontáveis produções naturais coletadas, dissecadas, desidratadas, estampadas, encaixotadas, empaladas e sob outras condições. Foi possível montar quilômetros de prateleiras ordenadas e contando a história da natureza pela lente da Filosofia Natural.

Instituições e a inventarização da natureza.

A inventarização do mundo natural estimulada pelas instituições científicas portuguesas ajudou enormemente a consolidação da Filosofia Natural na segunda metade do século XVIII. Contudo, nossa análise ampliará a noção de espaços institucionais, indo muito além de museus e nos ateremos ao entendimento de institucionalização proposto por Silvia Figueirôa.^{XXXVIII}

Tal chave conceitual nos permite entender as Memórias enquanto espaços de consolidação da episteme ilustrada da Filosofia Natural. Ao passo em que tais documentos eram elaborados com apoios institucionais em diferentes níveis, também se constituíam, em sua própria existência, institutos da memória. Ao mesmo tempo em que representavam formas privilegiadas de consolidação de um saber praticado, contribuíam enormemente na institucionalização desse campo de saber, fortalecendo os espaços institucionais e seus papéis na política científico do Império.

Para efeitos analíticos, destacaremos dentro dessa rede alguns elos dessa corrente com grande importância, cada uma à sua maneira, no auxílio à memorialização do mundo. A primeira delas é a ARCL, instituição fim de muitos desses relatórios filosóficos. Sendo o século XVIII considerado a “era das academias”, em função da perda do monopólio das letras das universidades como instituições de saber superior, a historiografia acerca desses espaços tem apontado que elas se constituíram como espaços alternativos de desenvolvimento das ciências. Por toda a Europa, se multiplicaram as sociedades e academias como pontos de encontro de letrados e espaço de formação alternativa para intelectuais.^{XXXIX}

O exemplo português apresenta singularidade frente a esse panorama, uma vez que a Universidade de Coimbra precedeu os esforços de institucionalização e o amadurecimento das ciências e teve papel colaborativo com a Academia Real de Ciências de Lisboa. Constituída a partir de esforços que uniu as ciências e os interesses reais, a academia refletiu a política fomentista da Coroa, aliada a um desejo ilustrado do aproveitamento das potencialidades econômicas e a superação dos entraves do crescimento da nação. Esta é, em nossa perspectiva, a premissa básica para o entendimento da implantação da Academia Real de Ciências de Lisboa em 1779.

A capacidade da Academia em elaborar projetos advinha do domínio de informações acerca das realidades coloniais. Tais saberes seriam a base para o estreitamento das relações de domínio e possibilitavam o fortalecimento da Coroa sobre esses territórios, uma vez que a mobilização do mundo estimulado por estes espaços institucionais realocavam o papel das colônias.^{XL}

Como um reduto privilegiado ao debate público e aos interesses nacionais, seus membros oriundos das camadas elitizadas da sociedade portuguesa (mas não raro incluindo membros das aristocracias coloniais) memorializavam o mundo em amplo repertório de memórias. Como

A MEMORIALIZAÇÃO DO MUNDO: MEMÓRIAS, VIAGENS E INSTITUIÇÕES
PORTUGUESAS EM FINS DO SÉCULO XVIII.

PEREIRA, R. O.

aponta Ângela Domingues, “algumas das memórias apresentadas eram publicadas pela imprensa da Academia, mas outras ficaram inéditas”. Assim como havia aquelas “difundidas junto de um público mais vasto, outras foram ouvidas e lidas em círculos restritos de sócios e por um grupo social culto e interessado nos assuntos discutidos”.^{XLII}

Operando como centros de cálculo, repositório de informações que mobilizavam os domínios imperiais a distância, a Academia Real de Ciências de Lisboa operava a memorialização do mundo por meio de seus estímulos à comunidade produtora de *Memórias*, com suas orientações aos correspondentes, suas operações em termos de ciclos de acumulação (ainda que nem sempre completamente realizados), premiações e publicações de memórias e participe na elaboração das políticas ultramarinas.

A ARCL, sendo beneficiada pelo projeto mariano de fomento às instituições que abrigassem a estratégia das reformas ilustradas de base naturalista-utilitária, contou com a proteção política da própria Coroa e constituiu-se num instrumento de Estado na articulação das viagens, da constituição de uma História Natural das colônias e na aclimação de espécies importantes.^{XLII}

O segundo espaço institucional chave em nossa análise foi fundado em 1768, o Jardim Botânico e Museu da Ajuda. Sendo os quintais do velho Palácio da Ajuda transformado em Jardim Botânico, este passou a abrigar um diminuto museu, laboratório químico e casa de riscos. Esse conjunto assumiria, a partir de 1790, a função de grande celeiro da natureza colonial, quando as viagens filosóficas já consolidadas faziam afluir do ultramar para suas dependências milhares de itens a serem classificados, estudados e exibidos.^{XLIII}

Com o grande objetivo de promover a publicação de uma História Natural das Colônias, o museu da Ajuda se transformou num centro natural de todo o mundo português. Funcionários de várias partes do mundo enviavam coleções e amostras para o seu jardim, que passou a assumir a função de um grande celeiro de espécies úteis a Portugal. A experiência do Jardim da Ajuda estava profundamente integrada com sua rede Ultramarina de trocas de elementos naturais, constituindo-se num espaço privilegiado da botânica, *locus* de institucionalização e aprimoramento de uma episteme própria.

Apesar de seu Jardim Botânico ter sido configurado como um espaço fechado, sua lógica de constituição pressupõe um horizonte de conhecimentos que tende para a plenitude, o irrestrito e o universal. Seu sistema epistêmico “não só manifestou regras internas que abriram espaço para a emergência de jardins botânicos, com coleções ao serviço da medicina e da farmácia”, como também “exigiu a presença de um poder, chamado a demarcar os limites (científicos, culturais, econômicos e artísticos) em que devia existir o seu saber”.^{XLIV}

Como destacou Heloísa Domingues, “aos poucos, os jardins botânicos modernos, passaram a ser os centros dinâmicos de coleção e aclimação da flora originária de zonas climáticas diferentes”. Como funções principais, essas instituições passaram a adaptar e produzir para o comércio atlântico as espécies procuradas para utilização na medicina, culinária, indústrias gerais, entre outros setores. Como ainda observou Domingues, “os jardins botânicos surgidos na colônia portuguesa não fugiram a esta característica e eram, neste sentido, jardins modernos”.^{XLV}

Os jardins botânicos assumem uma função política dentro da trama moderna dos impérios ultramarinos. A organização das coleções foi submetida a um novo quadro ideológico que mesclou conhecimento e poder. Saber e poder operaram uma relação inextricável a serviço dos interesses Régios e, nesse processo, institucionalizaram espaços destinados à catalogação e pesquisa do mundo natural com perspectivas mundiais.^{XLVI} Os jardins tornaram-se uma expressão do poderio dos impérios coloniais e constituíram-se em espaços de consolidação, por

A MEMORIALIZAÇÃO DO MUNDO: MEMÓRIAS, VIAGENS E INSTITUIÇÕES
PORTUGUESAS EM FINS DO SÉCULO XVIII.

PEREIRA, R. O.

excelência, da botânica moderna. Concordamos com Heloísa Domingues ao acreditar que “as experiências com os produtos exóticos nos jardins especializados vieram [...] dar ênfase a uma especialidade das ciências naturais, a botânica”.^{XLVII}

As atividades institucionais dos jardins instalados na colônia brasileira, a exemplo de Belém, Olinda e Rio de Janeiro, apenas para citar os mais expressivos, estabeleceram uma margem institucional para a prática botânica sem precedentes na história colonial. Finalmente, como observou Domingues, “os jardins botânicos funcionaram como os mais importantes receptores das plantas oriundas do exterior que eram distribuídas pelos países ou eram submetidas aos trabalhos de aclimação botânica nas suas dependências”.^{XLVIII}

Assim como os jardins, os museus constituíam um testemunho da realidade natural. Vandelli, por exemplo, já indicava o papel que deveria assumir o museu da Ajuda, pois para o paduano, a instituição podia “conservar as amostras das produções das colônias que se analisarão e experimentarão”.^{XLIX}

Frente ao ideário iluminista, o Grande Livro da Natureza era constituído por uma reunião de objetos em um único espaço. Mas este ordenamento não permanecia justificado pela simples acumulação. Tampouco tal livro deveria ser contado a partir da aleatória disposição dos itens representados, uma vez que os itens adquiriam sentido diante de uma linguagem, um código interpretativo e instaurador de uma ordem natural.^L

Inspirados nos renascentistas Gabinetes de Curiosidades, os Museus de História Natural sob orientação epistêmica iluminista constituíram-se em espaços em que a fragmentação do material coletado deu lugar à sistematização totalizante. Nesse processo, os museus traduziam por meio das diversas teorias da modernidade os significados atribuídos ao mundo natural e convertiam coisas em documentos, ordenados a contar com vistas a reconstruir suas originárias realidades espaciais e temporais.^{LI}

Enfim, as estruturas presentes na Ajuda, casa de riscos, laboratório químico, museu e jardim botânico consolidaram-se em espaços institucionais vitais para o naturalismo português, chegando a constituir a mais importante estrutura de conhecimento, ensino e pesquisa natural no Império lusitano setecentista, “o complexo d’Ajuda”.^{LII}

A execução de tão ambicioso projeto de inventarização das riquezas coloniais pressupunha um centro estratégico de formação de quadros especializados. Esse foi o papel da Universidade de Coimbra. A primeira Universidade de Portugal, fundada em 1290, conheceu importante reforma em seus estatutos em 1772, em que o ensino ilustrado constituiu um importante foco de suas reformas.^{LIII}

Como lembrou Schwartz, a Universidade de Coimbra exerceu um papel central na formação de um especializado quadro de agentes estatais, ao oferecer uma experiência universitária comum a todos os membros da burocracia portuguesa que operou um filtro ideológico estratégico ao Estado, afinal a formação em Direito constituía “a chave do ingresso na carreira a serviço do rei”, os magistrados a serviço de Sua Majestade “quase sem exceção, eram formados pelas faculdades de lei civil ou canônica da universidade de Coimbra”.^{LIV}

O reformismo português, que vai das reformas pombalinas até o final do século XIX, desenvolveu padrões comuns na geração ilustrada luso-brasileira formada nesse processo, apresentando esta como uma espécie de “denominador comum” um traço “essencialmente político, cientificista, antropocêntrico e economicamente progressista”.^{LV}

A Universidade de Coimbra e seus estabelecimentos, como o Gabinete de História Natural, o Jardim Botânico e o Laboratório de Química constituíram-se no centro principal de articulação da relação ciência-Estado, até 1779, data da fundação da ARCL. Ali foi formada gerações de homens de ciência dispostos a operarem-na por dentro dos interesses do Estado.

A MEMORIALIZAÇÃO DO MUNDO: MEMÓRIAS, VIAGENS E INSTITUIÇÕES PORTUGUESAS EM FINS DO SÉCULO XVIII.

PEREIRA, R. O.

A formação dos naturalistas é tema de grande destaque na historiografia das ciências coloniais luso-brasileira e remete a concepções diretas do ser naturalista. Enquanto sujeito dado às especulações filosóficas da natureza, utilizava-se de métodos empiristas, instrumentos de medições e protocolos de verificações dos fenômenos naturais mediados por um código e objetivos novos se comparados à tradicional filosofia. Sua ação incidia diretamente sobre o mundo, transformando-o politicamente.

Ao olharmos a proposição do currículo reformado em Coimbra, forjado na reforma dos Estatutos em 1772, a aproximação intencional com a Filosofia Natural estimulava os debates e compartilhamento de conhecimento em diferentes linguagens, espaços e públicos. A ciência moderna foi inserida como componente experimental central em todos os cursos (incluindo o de Teologia), por meio de uma etapa preparatória com duração de dois anos em que eram ministradas as disciplinas de “Filosofia Racional e Moral no 1º ano, e de História Natural no 2º ano. Além destas, os alunos também deviam estudar Geometria na Faculdade de Matemática no 2º ano preparatório”. Além disso, “os alunos dos cursos de Medicina e de Leis também eram obrigados a frequentar as disciplinas científicas de Química, Física Experimental e História Natural”.^{LVI}

Os naturalistas viajantes empenhados em memorializar o mundo, tiveram uma formação cuidadosamente pensada para o desempenho das mais complexas operações no terreno da Filosofia Natural. Muito além do currículo, seus mestres estimulavam a realização de pequenas viagens filosóficas pelo Reino como metodologia auxiliar à formação. Eis, portanto, o fechamento de um circuito de ações voltadas para a mobilização do mundo em escala jamais vista em Portugal.

Considerações finais

A memorialização do mundo natural e social foi uma prática corrente do naturalismo português na virada do século XVIII para o XIX. Como exercício sistemático de conversão da realidade retratada em informação móveis, estáveis e combináveis destinadas aos centros de cálculos, a memorialização pressupunha uma linguagem ordenadora e legitimadora da verdade (a Filosofia Natural) e a intenção de colher os frutos dos ciclos de acumulação advindos (domínio colonial).

Essa representação sistematizada e ordenadora da realidade estava intimamente ancorada no procedimento fundador da episteme da Filosofia Natural por meio da separação do significando de seu significado. Esta atitude especulativa acerca das coisas (e não de seus significados) possibilitou a produção de novos sentidos para os objetos estudados. Cada peça deveria ocupar seu lugar no todo e a narrativa desse grande livro da natureza era produzida pelos naturalistas a partir do ordenamento classificatório, universal e totalizante desse saber.

A prática de mobilização nos termos propostos pela Filosofia Natural compunha uma rede de elementos articulados que dispõe em planos horizontais naturalistas, memórias, viagens, museus, jardins botânicos, ministros e manuais de instruções. Como em uma corrente em que os elos articulados estendem o alcance da estrutura, seus pontos de contato mantêm significância e a existência do todo. Ao mesmo tempo, assumem configurações plásticas diversas ao sabor de suas circunstâncias históricas, moldando suas ações em variados contextos.

O Estado imperial português promoveu a extensão de tal rede ao mesmo tempo em que se constituiu em um de seus elos constituintes. Nessa junção, saber e poder se fundiram, visando potencializar a exploração colonial. As políticas advindas do exercício da memorialização puderam contar em escala variada com os benefícios do controle das informações acerca das

A MEMORIALIZAÇÃO DO MUNDO: MEMÓRIAS, VIAGENS E INSTITUIÇÕES
PORTUGUESAS EM FINS DO SÉCULO XVIII.

PEREIRA, R. O.

realidades para as quais eram elaboradas. Reforçando a máxima teórica da modernidade, saber constituía-se em poder e o mundo esquadrihado pela lente especulativa da Filosofia Natural resultava em um mundo propenso à dominação.

Notas

^I Professor Titular do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia (DCHF) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Professor permanente do Programa de Pós-graduação em História (PPGH/UEFS). Doutor em História pela UFMG; Mestre em História pela UEFS; Graduado em História pela UESC. E-mail: ropereira@uefs.br.

^{II} Partiremos da perspectiva latouriana de “mobilização do mundo” para entender a “memorialização do mundo” proposta neste trabalho como atividades sinônimas, de sentidos aproximados. Já a “inventarização”, prática muito presente nos museus de História Natural, será entendida tal como habitualmente está presente na documentação do final dos setecentos português, enquanto atividade de uma representação ordenada, sistemática, totalizante e racional da realidade natural e social.

^{III} DIAS, Maria Odila. Aspectos da Ilustração no Brasil. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 1968; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. **Verdades por mim vistas e observadas, oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004; SILVA, Cláudia Paranhos da. **Garimpando Memórias: as ciências mineralógicas e geológicas no Brasil na transição do século XVIII para o XIX**. 2004. Tese (Doutorado em Ensino e História de Ciências da Terra) – Programa de Pós-graduação em Ensino e História de Ciências da Terra, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004; PATACA, Ermelinda Moutinho. **Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em Geo-Ciências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

^{IV} **BREVES instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos productos e noticias pertencentes à História da Natureza, para formar hum museo nacional**. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1781.

^V Curiosamente, Immanuel Kant publicara também no ano de 1781 sua poderosa Crítica da Razão Pura, em que reposiciona a razão da tradição iluminista como uma faculdade humana limitada no acesso imediato à realidade objetiva e, portanto, apenas capaz de mediar os fenômenos da realidade a partir das representações subjetivas dessa própria realidade. Cf. KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 5. ed. Trad. Manuela Pinto e Alexandre Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

^{VI} SILVA, **op. cit.**, p. 102-103.

^{VII} MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil 2: Império 1**. Coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 185.

^{VIII} SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador e a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 80.

^{IX} WIED-NEUWIED, Maximilian. **Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817**. São Paulo: Nacional, 1940. p. 399..

^X DRAYTON, Richard. **Nature's Government: Science, Imperial Britain, and the 'Improvement' of the World**. New Haven: Yale University Press, 2000.

^{XI} SHAPIN, Steven. **A revolução científica**. Portugal: Difel – difusão editorial, 1999, p. 119.

^{XII} **COLLECÇÃO Systematica das Leis e Estatutos, por que se tem governado a Academia Real das Sciencias de Lisboa**. (Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1822).

^{XIII} COLLECÇÃO..., **op. cit.**

^{XIV} COLLECÇÃO..., **op. cit.**

^{XV} COLLECÇÃO..., **op. cit.**

^{XVI} COLLECÇÃO..., **op. cit.**

^{XVII} COLLECÇÃO..., **op. cit.**

^{XVIII} LATOUR, Bruno. "Les "vues" de l'esprit. Une introduction à l'anthropologie des sciences et des techniques". **Culture technique**, v. 14, 1985, p. 21.

^{XIX} LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. Editora Unesp: São Paulo, 2000a, p. 362.

A MEMORIALIZAÇÃO DO MUNDO: MEMÓRIAS, VIAGENS E INSTITUIÇÕES
PORTUGUESAS EM FINS DO SÉCULO XVIII.

PEREIRA, R. O.

- ^{XX} LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. *In*: BARATIN, Marc.; JACOB, Christian (coord.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000b. p. 33-34.
- ^{XXI} BICALHO, Maria Fernanda. Diários de bordo, expedições científicas e narrativas de viagens: observações, descrições e representações do Rio de Janeiro (séculos XVII e XVIII). **Navigator**, v. 5, n. 10, 2009, p. 13.
- ^{XXII} MOREIRA LEITE, Mirian L. Viajantes Naturalistas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. I, n. 2, p. 7-19, nov. 1994 – fev. 1995; RAMINELLI, Ronald. “Ciência e Colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”. **Revista Tempo**, p. 19-38, 2000.
- ^{XXIII} LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a Pesquisa Científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- ^{XXIV} PATACA, **op. cit.**, p. 19.
- ^{XXV} PATACA, **op. cit.**
- ^{XXVI} ABDALLA, Frederico Tavares de Mello. **O Peregrino Instruído: um estudo sobre o viajar e o viajante na literatura científica do iluminismo**. 2012. Dissertação. (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- ^{XXVII} MUNTEAL FILHO, Oswaldo. **Uma sinfonia para o novo mundo – a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial**. 1998. Tese (Doutorado) – Departamento de História, UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, 1998.
- ^{XXVIII} JORNAL de Coimbra, 1818, **vol. XIII**, parte I, p. 47-50.
- ^{XXIX} VIAGENS Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar. 1779. Copiada em 1796 pelo Fr. Vicente Salgado. 109 p. **ACL - Cod. 405**.
- ^{XXX} VIAGENS Filosóficas... **ACL - Cod. 405**.
- ^{XXXI} VIAGENS Filosóficas... **ACL - Cod. 405**.
- ^{XXXII} CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. **Verdades por mim vistas e observadas, oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- ^{XXXIII} METHODO de fazer observações e exames necessários para o aumento da História Natural, com os meios de preparar, conservar e dispor nos Museos os diversos productos da Natureza de Agostinho José Martins Vidigal. **Biblioteca Nacional de Lisboa**. Cod. 8520.
- ^{XXXIV} KURY, Lorelai. Les instructions de voyage dans les expéditions scientifiques françaises (1750-1830). **Rev. Hist. Sci.**, v. 51, n. 1, p. 65-91, 1998.
- ^{XXXV} RESPOSTA de Félix de Avelar Brotero a uma portaria do Ministro Filipe Ferreira de Araújo e Castro (16 de novembro de 1822), ANTT, **Ministério do Reino, Maço 444, Cx. 555**, 1821-1833.
- ^{XXXVI} VANDELLI, Domingos. **Dicionário dos Termos Técnicos de História Natural de Domenico Vandelli**. Rio de Janeiro: Dantes, 2008, p. V.
- ^{XXXVII} DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais dos Setecentos. **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, v. VIII (suplemento), 2001, p. 824.
- ^{XXXVIII} FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de M. **As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional**. (1875-1934). São Paulo: HUCITEC, 1997.
- ^{XXXIX} McCLELLAN III, James. Scientific institutions and organizations of science. *In*: PORTER, Roy (org.). **The Cambridge History of Science**. Eighteenth Century Science. Volume 4. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 87-106.
- ^{XL} MUNTEAL FILHO, Oswaldo. **Domingos Vandelli no anfiteatro da natureza: reformismo ilustrado e cultura científica na crise do Antigo Sistema Colonial (1779-1808)**. 1993. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Programa de Pós-Graduação em História, PUC-RIO, Rio de Janeiro, 1993.
- ^{XLI} DOMINGUES, **op. cit.**, p. 54.
- ^{XLII} MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Acadêmicos e letrados na crise do Antigo Regime luso-brasileiro – Século XVIII. **Revista Intellectus**, Ano 5, v. I, 2006.
- ^{XLIII} PATACA, **op.cit.**
- ^{XLIV} JANEIRA, Ana Luísa. Configurações epistêmicas do colecionismo. **Episteme**, Porto Alegre, nº 20, Suplemento Especial, jan./jun. 2005, p. 51.
- ^{XLV} DOMINGUES, **op. cit.**, p. 32.
- ^{XLVI} JOBIM, L. C. Os jardins botânicos no Brasil colonial. **Bibl. Arq. Mus. Lisboa**, v. 2, p. 53-120, 1986; CASTEL-BRANCO, C. **Jardim Botânico da Ajuda**. Lisboa: AAJBA/Livros Horizonte. 1999.

A MEMORIALIZAÇÃO DO MUNDO: MEMÓRIAS, VIAGENS E INSTITUIÇÕES
PORTUGUESAS EM FINS DO SÉCULO XVIII.

PEREIRA, R. O.

^{XLVII} DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. **Ciência: um Caso de Política.** As Relações entre as Ciências Naturais e a Agricultura no Brasil-Império. 1995. Tese (Doutorado em História Social.) Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995, p. 34.

^{XLVIII} **Ibidem**, p. 40.

^{XLIX} **RELAÇÃO** da origem e estado presente do Real Jardim Botânico da Ajuda. (s/d). **Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Maço 444.**

^L HOOYKAAS, R. Introdução à história das ciências. **Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra**, v. XXXII, p. 203-389, 1963.

^{LI} CASSIRER, Ernst. **A Filosofia do Iluminismo.** Campinas: Editora da Unicamp, 1997; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Entre “natureza morta” e cultura viva: os museus de história natural. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 159-172, jul./dez. 2007.

^{LII} BRIGOLA, João Carlos Pires. **Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII.** Évora: Universidade de Évora, 2000.

^{LIII} BOSCHI, Caio César. **Achegas à historia de Minas Gerais: séc. XVIII.** Porto, Portugal: Universidade Portucalense, 1994. 93 p (Série estudos e documentos).

^{LIV} SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial.** São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 50.

^{LV} PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 13.

^{LVI} PATACA, **op. cit.**, p. 62.

Referências bibliográficas

ABDALLA, Frederico Tavares de Mello. **O Peregrino Instruído: um estudo sobre o viajar e o viajante na literatura científica do iluminismo.** 2012. Dissertação. (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

BICALHO, Maria Fernanda. Diários de bordo, expedições científicas e narrativas de viagens: observações, descrições e representações do Rio de Janeiro (séculos XVII e XVIII). **Navigator**, v. 5, n. 10, p. 9-22, 2009.

BOSCHI, Caio César. **Achegas à historia de Minas Gerais: séc. XVIII.** Porto, Portugal: Universidade Portucalense, 1994. 93 p (Série estudos e documentos).

BREVES instruccões aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos productos e noticias pertencentes à História da Natureza, para formar hum museo nacional. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1781.

BRIGOLA, João Carlos Pires. **Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII.** Évora: Universidade de Évora, 2000.

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1esp, p. 1-12, dez. 2010. ISSN 1981-8920.

CASSIRER, Ernst. **A Filosofia do Iluminismo.** Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

CASTEL-BRANCO, C. **Jardim Botânico da Ajuda.** Lisboa: AAJBA/Livros Horizonte. 1999.

COLLECÇÃO Systematica das Leis e Estatutos, por que se tem governado a Academia Real das Sciencias de Lisboa. (Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1822).

A MEMORIALIZAÇÃO DO MUNDO: MEMÓRIAS, VIAGENS E INSTITUIÇÕES
PORTUGUESAS EM FINS DO SÉCULO XVIII.

PEREIRA, R. O.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. **Verdades por mim vistas e observadas, oxalá foram fábulas sonhadas**: cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica. 2004. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

DIAS, Maria Odila. Aspectos da Ilustração no Brasil. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 1968.

DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais dos Setecentos. **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, v. VIII (suplemento), p. 824, 2001.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. **Ciência**: um Caso de Política. As Relações entre as Ciências Naturais e a Agricultura no Brasil-Império. 1995. Tese (Doutorado em História Social.) Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

DRAYTON, Richard. **Nature's Government**: Science, Imperial Britain, and the 'Improvement' of the World. New Haven: Yale University Press, 2000.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de M. **As ciências geológicas no Brasil**: uma história social e institucional. (1875-1934). São Paulo: HUCITEC, 1997.

HOOYKAAS, R. Introdução à história das ciências. **Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra**, v. XXXII, p. 203-389, 1963.

JANEIRA, Ana Luísa. Configurações epistémicas do colecionismo. **Episteme**, Porto Alegre, nº 20, Suplemento Especial, jan./jun. 2005.

JOBIM, L. C. Os jardins botânicos no Brasil colonial. **Bibl. Arq. Mus. Lisboa**, v. 2, p. 53-120, 1986.

JORNAL de Coimbra, 1818, **vol. XIII**, parte I, p. 47-50.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 5. ed. Trad. Manuela Pinto e Alexandre Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KURY, Lorelai. Les instructions de voyage dans les expéditions scientifiques françaises (1750-1830). **Rev. Hist. Sci.**, v. 51, n. 1, p. 65-91, 1998.

KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, v.11, 2004.

LATOUR, Bruno. "Les "vues" de l'esprit. Une introduction à l'anthropologie des sciences et des techniques". **Culture technique**, v. 14, p. 5-29, 1985.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. Editora Unesp: São Paulo, 2000a.

A MEMORIALIZAÇÃO DO MUNDO: MEMÓRIAS, VIAGENS E INSTITUIÇÕES
PORTUGUESAS EM FINS DO SÉCULO XVIII.

PEREIRA, R. O.

LATOURE, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. *In*: BARATIN, Marc.; JACOB, Christian (coord.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000b. p. 21-44.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a Pesquisa Científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Entre “natureza morta” e cultura viva: os museus de história natural. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 159-172, jul./dez. 2007.

MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. *In*: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil 2**: Império 1. Coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 185.

McCLELLAN III, James. Scientific institutions and organizations of science. *In*: PORTER, Roy (org.). **The Cambridge History of Science**. Eighteenth Century Science. Volume 4. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 87-106.

METHODO de fazer observaçoens e exames necessarios para o augmento da História Natural, com os meios de preparar, conservar e dispor nos Museos os diversos productos da Natureza de Agostinho José Martins Vidigal. **Biblioteca Nacional de Lisboa**. Cod. 8520.

MOREIRA LEITE, Mirian L. Viajantes Naturalistas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. I, n. 2, p. 7-19, nov. 1994 – fev. 1995.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. **Domingos Vandelli no anfiteatro da natureza**: reformismo ilustrado e cultura científica na crise do Antigo Sistema Colonial (1779-1808). 1993. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Programa de Pós-Graduação em História, PUC-RIO, Rio de Janeiro, 1993.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. **Uma sinfonia para o novo mundo** – a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial. 1998. Tese (Doutorado) – Departamento de História, UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, 1998.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo; MELO, Mariana Ferreira de. **Minas Gerais e a história natural das colônias**: política colonial e cultura científica no século XVIII. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Acadêmicos e letrados na crise do Antigo Regime luso-brasileiro – Século XVIII. **Revista Intellectus**, Ano 5, v. I, 2006.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

A MEMORIALIZAÇÃO DO MUNDO: MEMÓRIAS, VIAGENS E INSTITUIÇÕES
PORTUGUESAS EM FINS DO SÉCULO XVIII.

PEREIRA, R. O.

PAPAVERO, N; TEIXEIRA, Dante M. Os Viajantes e a Biogeografia. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. VIII (suplemento), p. 1015-37, 2001.

PATACA, Ermelinda Moutinho. **Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em Geo-Ciências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

RAMINELLI, Ronald. “Ciência e Colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”. **Revista Tempo**, p. 19-38, 2000.

RELAÇÃO da origem e estado presente do Real Jardim Botânico da Ajuda. (s/d). **Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Maço 444**.

RESPOSTA de Félix de Avelar Brotero a uma portaria do Ministro Filipe Ferreira de Araújo e Castro (16 de novembro de 1822), ANTT, **Ministério do Reino, Maço 444, Cx. 555**, 1821-1833.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SHAPIN, Steven. **A revolução científica**. Portugal: Difel – difusão editorial, 1999.

SILVA, Clarete Paranhos da. **Garimpo Memórias: as ciências mineralógicas e geológicas no Brasil na transição do século XVIII para o XIX**. 2004. Tese (Doutorado em Ensino e História de Ciências da Terra) – Programa de Pós-graduação em Ensino e História de Ciências da Terra, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador e a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 80.

VANDELLI, Domingos. **Dicionário dos Termos Técnicos de História Natural de Domenico Vandelli**. Rio de Janeiro: Dantes, 2008.

VIAGENS Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar. 1779. Copiada em 1796 pelo Fr. Vicente Salgado. 109 p. **ACL - Cod. 405**.

WIED-NEUWIED, Maximilian. **Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817**. São Paulo: Nacional, 1940. p. 399.